

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.402.422 - CE (2013/0298947-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : SANGATI BERGA S/A
ADVOGADO : ANTÔNIO JOSÉ DA COSTA E OUTRO(S) - CE001809
ADVOGADOS : MARISLEY PEREIRA BRITO - CE008530
EDUARDO CÉSAR SOUSA ARAGÃO - CE014750
RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL
ADVOGADO : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de recurso especial fundado no CPC/73, manejado por **Sangati Berga S/A**, com base no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fl. 381):

Administrativo. Mandado de Segurança. Averbação de obra de construção civil. Exigência de CND específica para cada obra. Legalidade (art. 47, II § 1º da Lei n.º 8.212/91 c/c Instrução Normativa SRP n.º 03/2005). Apelação improvida.

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 388/391)

A parte recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 93, IX, da Constituição Federal, 131, 458, II, e 535 do CPC/73. Sustenta, em resumo, que: (I) a despeito dos embargos de declaração, o Tribunal *a quo* remanesceu omissos acerca da questão referente à necessidade de existência de lançamento tributário para que seja negada a expedição de CND; (II) "*não havendo crédito tributário regularmente constituído por meio do lançamento fiscal, o contribuinte faz jus à expedição de CND, em seu favor*" (fl. 422); (III) "*a Lei Federal n.º 8.212/91 não se refere à CND da obra, mas sim à CND do proprietário da obra de construção civil, o que, no caso, se refere à CND da Empresa, expedida a partir do momento de sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda*" (fl. 426), acrescentando que "*a apresentação de certidão vinculada ao CNPJ da empresa é suficiente para comprovar a regularidade fiscal perante o Fisco, sendo totalmente desnecessária, repita-se, a exigência de CND específica de cada obra como a que vem*

Superior Tribunal de Justiça

sendo perpetrada pela Receita Federal" (fl. 426).

Contrarrazões às fls. 483/489.

O Ministério Público Federal, intimado para opinar, manifestou-se no sentido de que não há interesse público envolvido, deixando de emitir parecer (fls. 500/501).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que a decisão recorrida foi publicada na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 - relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 - devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Verifica-se não estar configurada a negativa de prestação jurisdicional, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos de que, para a expedição de CND para fins de averbação de obra de construção civil no registro de imóveis, seria exigida CND específica de cada obra, nos termos do art. 47, II, § 1º, da Lei 8.121/91 e da Instrução Normativa SRP 02/2005, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Cumprе ressaltar, por oportuno, que o Tribunal não fica obrigado a examinar todos os artigos de lei invocados no recurso, desde que decida a matéria questionada sob fundamento suficiente para sustentar a manifestação jurisdicional, dispensável a análise dos dispositivos que pareçam para a parte significativos, mas que para o julgador, se não irrelevantes, constituem questões superadas pelas razões de julgar.

Ademais, em recurso especial não cabe invocar violação a norma constitucional, razão pela qual o presente apelo não pode ser conhecido relativamente à apontada ofensa ao art. 93, IX, da Constituição Federal.

Superior Tribunal de Justiça

No mérito, o recurso especial veio pautado exclusivamente na alínea "c" do permissivo constitucional. No entanto, o apelo não merece prosperar, no particular, em razão do dissídio jurisprudencial não ter sido demonstrado na forma exigida pelos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §1º, do RISTJ. Com efeito, a parte recorrente não procedeu ao necessário cotejo analítico entre os julgados, deixando de evidenciar o ponto em que os acórdãos confrontados, diante da mesma base fática, teriam adotado a alegada solução jurídica diversa.

ANTE O EXPOSTO, conheço parcialmente do recurso especial e, na parte conhecida, nego-lhe provimento.

Publique-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator